

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Comissões
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2020

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Andréia de Jesus, Leninha, Marília Campos e Ione Pinheiro, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Reis. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a adesão à campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. José Geraldo Saldanha da Fonseca, corregedor-geral de justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (6/6/2020); Leonardo Batista Silva, chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Saúde (4/6/2020); Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (30/5 e 6, 8 e 21/8/2020); Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (9/7/2020); Enio Moreira Azzi, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (6/8/2020); e Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde (22/8/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 4.917/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.100/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à designação de uma delegada de polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Lima, haja vista que atualmente a delegacia se encontra sem titular;

nº 7.103/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para designação de uma delegada de polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sabará, que atualmente se encontra sem titular;

nº 7.104/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja disponibilizado atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG no Estado, por meio da criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams –, da formação e da capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço, da estruturação adequada das atividades

legísticas e periciais e de parcerias com outras instâncias, como administrações municipais, Defensoria Pública e Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

nº 7.105/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam ampliadas as patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVD –, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30.000 habitantes;

nº 7.334/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Delegada Sheila, Celise Laviola, Leninha, e Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para a aprovação de requerimentos e adesão à campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros;

nº 7.369/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o número de atendimentos obstétricos realizados pelo Hospital Municipal de Januária;

nº 7.370/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a realização de cursos de capacitação e preparação dos servidores do Hospital Municipal de Januária na área de obstetria;

nº 7.371/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da regulamentação da Lei nº 23.175, de 2018, no âmbito da saúde pública no Estado;

nº 7.372/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao diretor do Hospital Municipal São Judas Tadeu, em Ribeirão das Neves, pedido de informações sobre a observância aos protocolos de atendimento e encaminhamento de mulheres e crianças em situação de violência e acompanhamento de crianças menores;

nº 7.375/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a realização de estudos quanto à viabilidade de instalação de delegacia especializada de atendimento à mulher no Município de Ouro Preto;

nº 7.377/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a instalação de vara criminal especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher no Município de Ribeirão das Neves.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Domitila de Prado Manssur, juíza e diretora da Associação dos Magistrados do Brasil, representando a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Adriana Ferreira, coordenadora do Movimento de Mulheres da Zona Norte de Belo Horizonte e coordenadora do Movimento Mais Mina no Estádio; e Maria Cecília Oliveira, defensora pública. A presidenta, como uma das autoras do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Andréia de Jesus, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 12/2020, DE ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA JÚNIOR PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA ARSAE-MG NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/10/2020

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Inácio Franco, Doorgal Andrada e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e informa

que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura dos deputados Doorgal Andrada para presidente e Inácio Franco para vice-presidente. Após submeter as candidaturas à votação pelo processo nominal, cada uma por sua vez, são eleitos os deputados Doorgal Andrada para presidente e Inácio Franco para vice-presidente, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e empossa o presidente, deputado Doorgal Andrada, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente dá posse ao vice-presidente, designa como relator o deputado Zé Reis e devolve a condução dos trabalhos ao deputado Inácio Franco. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2020.

Doorgal Andrada, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 12/2020, DE ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA JÚNIOR PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA ARSAE-MG NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/11/2020

Às 14h11min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Doorgal Andrada, Inácio Franco e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Guilherme da Cunha, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Antonio Claret de Oliveira Junior, indicado pelo governador para o cargo de diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsaem-MG –, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado, que faz sua explanação. A presidência concede a palavra ao relator, deputado Zé Reis, para suas considerações. Logo após, passa a palavra às deputadas e deputados para que façam suas considerações e questionamentos, aos quais o indicado responde, conforme consta de notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 12/2020 (relator: deputado Zé Reis). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2020.

Doorgal Andrada, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/11/2020

Às 14h14min, comparecem à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da Comissão de Participação Popular, e a deputada Laura Serrano e o deputado Virgílio Guimarães, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente da reunião, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições das comissões e, em audiência pública, receber os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2021. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Laura Fusaro Camey, membro da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais – Asussam-MG (relatora do Tema de Saúde); Maria Juanita Godinho Pimenta, consultora técnica da Federação das Apaes de Minas

Gerais (relatora do Tema Desenvolvimento Social); e Maria das Graças Fonseca Cruz, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (relatora do Tema de Segurança); e os Srs. Alanson Moreira Teixeira Gonçalves, presidente do Instituto Cultural Minas Bahia de Capoeira, membro da Comissão de Salvaguarda da Capoeira de MG – Iphan – e do Fórum da Capoeira de BH e região, e conselheiro de Política Cultural de Minas (relator Cultura e Turismo); Bruno Catta Preta Pereira, coordenador estadual em Minas Gerais da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar (relator do Tema Desenvolvimento Econômico); Roberto Carlos Pinto, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; Felipe Magno Parreiras de Sousa, subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, representando o secretário; Filipe Marcos Horta Nunes, membro do Conselho Regional de Biologia em Minas Gerais – 4ª Região (relator do Tema Meio Ambiente); Felipe Ferreira de Mello, subsecretário de Coordenação e Gestão Institucional da Secretaria de Estado de Governo – Segov, representando o secretário; Idalino Firmino dos Santos, membro da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa; Luiz Otávio Silva Portela, membro da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; e Marcos Vinicius Dias Nunes, diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (relator do Tema Agricultura Pecuária e Abastecimento). O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/11/2020

Às 14h15min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Cássio Soares, Delegado Heli Grilo e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.017/2019 (relator: deputado Delegado Heli Grilo) e 1.052/2019 (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.144/2020 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 5.727/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.632/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a implementação de um observatório permanente sobre a situação das barragens para acompanhar as ações relativas à recuperação das comunidades e do meio ambiente de Brumadinho, de Mariana e de outras barragens, conforme sugerido no Relatório Final da CPI de Brumadinho da Câmara dos Deputados;

nº 7.633/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que seja enviado ao Congresso Nacional projeto de lei com vistas a alterar a Lei nº 9.294, de 1996, para que as

bebidas potáveis com teor alcoólico inferior a treze graus Gay Lussac também sejam consideradas bebidas alcoólicas e se submetam às devidas restrições em sua propaganda;

nº 7.634/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas e o número de atendimentos realizados pelo Centro de Referência Estadual em Álcool e outras Drogas – Cread –, bem como sobre o Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados e Prevenção ao Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas;

nº 7.723/2020, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a eficiência, do ponto de vista dos custos humanos, sociais e econômicos, da atual forma de aplicação concreta da Lei de Drogas pelas forças de segurança e de aplicação da referida lei no Estado, e para buscar melhorias que aprimorem os resultados e mitiguem os efeitos colaterais indesejados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Ana Paula Siqueira, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS, DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/11/2020

Às 15h9min, comparecem à reunião as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Coronel Sandro, membros da Comissão de Direitos Humanos; as deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; o deputado Zé Guilherme, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; os deputados Zé Guilherme e Mauro Tramonte, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude; a deputada Ana Paula Siqueira e o deputado Coronel Sandro, membros da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; e a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados André Quintão e Betão, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Estão presentes também a deputada Laura Serrano e os deputados Doutor Jean Freire e Zé Reis. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, declara que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social. A presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à convidada para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.794/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas e em desenvolvimento, durante a pandemia de covid-19, dirigidas aos empreendimentos da economia popular solidária, considerando, em especial, o art. 12, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 23.631, de 2020, especificando-se o quantitativo detalhado das ações desenvolvidas e em que programas de governo são incluídas e os dados detalhados dos segmentos populares atingidos;

nº 7.795/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário-geral do Estado e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas visando a maior publicidade e o fortalecimento do aparato estatal para a prevenção e combate à violência contra a mulher, a criança e o adolescente, dado o contexto da pandemia de covid-19;

nº 7.796/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas e ações desenvolvidas ou em desenvolvimento por esse órgão para o atendimento aos povos indígenas e comunidades tradicionais de Minas Gerais, além da distribuição de cestas básicas, considerando o plano de contingência diante da pandemia de covid-19;

nº 7.797/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pelo governo para fomento a programas de aquisição de alimento da agricultura familiar e distribuição para famílias com crianças e adolescentes em idade escolar em todo o Estado, desde o início da pandemia de covid-19, especificando-se quais foram as ações inseridas em quais programas, o quantitativo de famílias beneficiadas, quais produtos foram adquiridos e de quem foram adquiridos, de modo que as informações sobre as ações realizadas sejam detalhadas ao máximo possível;

nº 7.798/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja prorrogado o prazo de entrega de cestas básicas aos povos indígenas e às comunidades tradicionais de Minas Gerais, bem como sejam ampliados os segmentos a serem beneficiados;

nº 7.799/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a prorrogação do programa Renda Minas;

nº 7.800/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais medidas estão previstas no planejamento do Estado para atender o trabalhador pobre, com pouca qualificação, os informais e os trabalhadores rurais;

nº 7.801/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho e sua destinação para fazer frente ao desemprego crescente, agravado pela crise sanitária, e o que representam em termos de expectativa e geração de empregos;

nº 7.802/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas para conter o avanço do desemprego no Estado e as medidas previstas pelo governo para enfrentar o desemprego no pós-pandemia;

nº 7.803/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o que foi feito para apoiar os trabalhadores do setor da cultura, lazer e entretenimento diante dos impactos da pandemia no setor e se houve articulação das secretarias afins;

nº 7.804/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais as medidas adotadas pelo governo para a manutenção dos empregos durante a pandemia de covid-19, quais medidas estão sendo programadas para o fomento ao trabalho, à economia popular solidária, à articulação de trabalho e emprego e à criação de frentes de trabalho durante o próximo período de pandemia;

nº 7.805/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a situação dos serviços socioassistenciais durante a pandemia, se houve descontinuidade de atendimento, e quais medidas de proteção sanitária estão sendo adotadas nos equipamentos da política de assistência social e quais as medidas de apoio oferecidas pelo Estado aos municípios e às entidades parceiras nessa área;

nº 7.806/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre qual a perspectiva e o cronograma para a implantação do piso aprovado pela Conferência Estadual para a proteção social especial, qual o cronograma para a ampliação dos recursos do Fundo Mineiro de Assistência Social e para a ampliação dos serviços atuais;

nº 7.807/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as áreas que serão ofertadas às qualificações profissionais prometidas pelo governo, quais setores da economia receberão investimentos públicos para absorver a mão de obra qualificada e o papel que a Utramig cumprirá nesse processo de qualificação;

nº 7.808/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações que estão sendo planejadas para o período pós-pandemia;

nº 7.809/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as providências, os investimentos e o cronograma para consolidar a Economia Popular Solidária no Estado;

nº 7.811/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a possibilidade de continuidade dos programas Bolsa Merenda e Renda Minas em 2021, considerando-se a pandemia, a ausência de calendário de retorno às aulas e o empobrecimento da população;

nº 7.812/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja realizada, por parte dessa pasta, um módulo de ensino a distância para a promoção dos conselhos municipais de políticas sobre drogas em todo o Estado;

nº 7.813/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o estágio em que se encontra e os prazos para implementação do Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas;

nº 7.814/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre qual será o papel desempenhado pela pasta no processo de implantação do modelo de cogestão nas unidades socioeducativas de internação do Estado;

nº 7.815/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre o processo de implantação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência, previsto na Lei nº 23.680, de 6/8/2020, originada do Projeto de Lei nº 176/2019, de sua autoria;

nº 7.816/2020, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que promova articulação com a Secretaria de Estado de Educação para a realização de ações voltadas aos estudantes com deficiência durante o período da pandemia de covid-19, considerando-se as suas necessidades específicas de apoio para o acompanhamento de aulas a distância;

nº 7.817/2020, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ofertar cursos de capacitação a distância direcionados aos conselhos municipais de políticas sobre drogas, visando o fortalecimento da sua atuação;

nº 7.818/2020, do deputado André Quintão e das deputadas Beatriz Cerqueira, Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais apresente ações de conciliação e mediação efetivas

junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc-TJMG, a fim de garantir a segurança da posse e dos direitos humanos no contexto da pandemia de covid-19.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Leninha, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59/2020 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/11/2020

Às 15h9min, comparecem à reunião os deputados Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva, Doorgal Andrada e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente da reunião, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2020, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Leonídio Bouças, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52/2020 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2020

Às 9h8min, comparecem à reunião os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Mauro Tramonte, Cássio Soares, Professor Cleiton e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43/2019 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2020

Às 14h8min, comparecem à reunião os deputados Carlos Pimenta, Charles Santos, Doorgal Andrada e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente da reunião, deputado Charles Santos, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita a sua subscrição. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste momento, o presidente designa relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019, no 2º turno, o deputado Gustavo Mitre e, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/12/2020

Às 13 horas, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Noraldino Júnior, Zé Guilherme, Bartô e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 533/2015, no 1º turno (relator: deputado Guilherme da Cunha), é retirado de pauta por deliberação da comissão a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira. Os Projetos de Lei nºs 795/2015, 310 e 540/2019 e 2.149/2020 são retirados de pauta por deliberação da comissão, a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2020 (relator: deputado Zé Reis) e dos Projetos de Lei nºs 5.440/2018 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 351/2019 (relator: deputado Bruno Engler), 703 e 993/2019 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), 2.063 e 2.100/2020 (relator: deputado Charles Santos) e 2.084/2020 (relatora: deputada Celise Laviola); pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.124/2020 (relator: deputado Guilherme da Cunha); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.233/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.845/2017 (relator: deputado Guilherme da Cunha) ao autor; 1.368/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) à Secretaria de Estado de Educação; e 2.226/2020 (relator: deputado Charles Santos) à Secretaria de Estado de Governo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 5.099/2018 é retirado de pauta pelo presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.154/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) e 2.179/2020 (relator: deputado Bruno Engler). São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 912/2019 (relator: deputado Zé Reis) ao autor, 1.582/2020 (relator: deputado Bruno Engler) ao autor, e 2.195/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) ao autor e à Secretaria de Estado de Governo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.932/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que seja apreciado com especial atenção o expediente que encaminha. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37/2019 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/12/2020

Às 13h8min, comparecem à reunião os deputados Betão, Fernando Pacheco, Charles Santos, Doutor Paulo e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente da reunião, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Retira-se do recinto o deputado João Leite e registra-se a presença do deputado Professor Wendel Mesquita, que assume a presidência da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste momento, é designado relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2019, no 2º turno, o deputado Fernando Pacheco e, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Betão, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/12/2020

Às 14h14min, comparecem à reunião os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições e apreciar o relatório final das atividades da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É feita a leitura final do relatório de atividades da comissão pelo relator, deputado Roberto Andrade. Submetido à votação pelo processo nominal, o relatório é aprovado por unanimidade e segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade para a qual foi criada, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

João Leite, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62/2020 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/12/2020

Às 9h35min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Virgílio Guimarães e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Zé Guilherme para presidente e Virgílio Guimarães para vice-presidente da comissão. Após votação nominal, são eleitos, cada um por sua vez, por unanimidade, para o cargo de presidente o deputado Zé Guilherme, e para o cargo de vice-presidente o deputado Virgílio

Guimarães. O presidente *ad hoc* proclama o resultado e passa a palavra para o vice-presidente, que empossa o presidente eleito e passa-lhe a direção dos trabalhos. O presidente eleito, deputado Zé Guilherme, dá posse ao vice-presidente e designa como relator da matéria, no 1º turno, o deputado Virgílio Guimarães. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca para a reunião extraordinária de hoje, às 16 horas, com a finalidade de apreciar o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2020, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro 2020.

Zé Guilherme, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62/2020 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/12/2020

Às 16h11min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Virgílio Guimarães, Betinho Pinto Coelho e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2020, no 1º turno (relator: deputado Virgílio Guimarães) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Zé Guilherme, presidente.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/12/2020

Às 15h48min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 47/2020 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

João Magalhães, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/12/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando José de Melo Ribeiro Júnior, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas Tem História, vice-líder deputado Fernando Pacheco;

nomeando Edgard Xavier de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas Tem História, vice-líder deputado Fernando Pacheco.

TERMO DE CONTRATO Nº 67/2020**Número no Siad: 9263204/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fundação João Pinheiro. Objeto: prestação de serviço de revisão do planejamento estratégico da ALMG. Vigência: 10 meses, contados a partir do dia seguinte à data de sua assinatura. Licitação: dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inc. XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1994. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 73/2020**Número no Siad: 9223918/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. Objeto: aquisição, com instalação, configuração e integração, de sistema de exibição e de edição em rede. Vigência: seis meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 62/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.4.4.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 76/2020**Número no Siad: 926498/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Banzai Veículos e Peças Ltda. Objeto: aquisição de veículos. Vigência: 6 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 74/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001 4.4.90 (10.1).